

OS PARDOS E A TERRA NOS SERTÕES DO RIO DE JANEIRO (1740-1800)

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz

Doutorando – PPGHIS UFRJ, bolsista CNPq

jeronimoadc@gmail.com

Este texto procura apresentar alguns dados sobre os partidistas de cana vinculados aos engenhos de açúcar da freguesia de Campo Grande em fins do século XVIII. Com isso, acreditamos demonstrar que a organização da produção açucareira da região se assemelha ao recôncavo baiano e Pernambuco, com uma novidade: a forte presença de ex-escravos como lavradores de cana, especialmente, pardos.

A freguesia de Campo Grande: engenhos, escravos e partidistas

Em 1797, Campo Grande se situava no Distrito de Guaratiba, conjunto de sete freguesias nos sertões da cidade do Rio de Janeiro. A região possuía modestos 50 engenhos naquele ano, caso comparemos com áreas mais dinâmicas, como Campos dos Goytacazes – que vai de 55 para 278 fábricas, entre os anos de 1768 e 1788. (FARIA, 1998, p. 242). No entanto, não são tão diminutos se comparados com regiões do Oeste paulista que, em 1798, contavam com 51 engenhos. (GUEDES, 2008, p. 40). Isto é, ainda que produzisse para exportação, a freguesia de Campo Grande não pode ser confundida com as áreas de alta produtividade econômica. Apesar disso, acreditamos que pode servir como laboratório para compreensão das relações entre a terra e as mudanças sociais que caracterizam a segunda metade do século XVIII.

Na dinâmica econômica do interior do Recôncavo da Guanabara, Campo Grande é a freguesia que tinha mais engenhos de açúcar. Analisando a lista nominativa e os relatórios produzidos à época podemos rascunhar alguns indícios desse fenômeno. No gráfico abaixo destacamos a freguesia de Campo Grande e suas vizinhas tendo como critério a quantidade de engenhos em cada uma das regiões.

Quadro 1. Freguesias do Distrito de Guaratiba no relatório de 1797

Freguesias	Nº fogos	Engenhos de açúcar	Exportação de açúcar (em arrobas)
Campo Grande	357	15 ¹	20.391
Jacotinga	294	9	8.409
Agoasu	273	4	1.315
Marapicu	152	4	4.188
Itaguahy	122	3	3.082
Guaratiba	324	7	6.577
Jacarepaguá	252	8	8.894

¹ No mapa populacional, são mencionados apenas 14 engenhos. O 15º engenho da freguesia aparece apenas no Relatório e deve ter sido montado no decorrer de 1797.

Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamago, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

O quadro acima confirma que Campo Grande era a principal freguesia do ponto de vista da produção de açúcar entre suas vizinhas, já que todas as freguesias produziam alguma quantidade de açúcar. Tentamos demonstrar que talvez a freguesia aqui estudada faça parte de uma espécie de complexo agrário que abranja todas as freguesias vizinhas. A maior parte destas possui engenhos de açúcar e aguardente desde inícios do século XVII, compondo uma espécie de sistema agrário (FRAGOSO, 2014) que define, inclusive, as formas de acesso à terra. Logo, a organização fundiária da freguesia em fins do século XVIII só pode ser entendida se referida a esta moldura secular. Tais engenhos permanecem ao tempo e entram o século XIX. (PEDROZA, 2011) Como disse Fróes, no fim do setecentos, “a cultura da cana já estava no recôncavo há dois séculos”. (FRÓES, 2004, p. 158).

Advertimos que será necessário um trabalho que compare as sete freguesias da região e analise a produção de seus domicílios e os direitos de propriedade para termos uma ideia mais precisa sobre as características da produção agrícola destas áreas. Por enquanto, ficamos com a hipótese de que os domicílios de Campo Grande tinham seu

cotidiano organizado pela cana de açúcar, ainda que acrescentassem às suas plantações, a produção de alimentos como farinha, feijão e milho.

Creemos que ocorre uma dinamização da economia açucareira de Campo Grande a partir da década de 1780. Isto se torna mais confiável quando analisamos a quantidade de escravos dos engenhos comparativamente, entre os anos de 1779 e 1797. Deve-se ter em vista que muitos engenhos mudam de mãos no período. No entanto, não é nosso objetivo analisar as dinâmicas de propriedade dos engenhos. Dito isso, vejamos a distribuição de cativos entre os engenhos nos períodos propostos:

Quadro 2. Quantidade de escravos por Engenho de açúcar da Freguesia de Campo Grande.

Engenhos	Ano - 1779	Ano - 1797
Bangu	107	25
Retiro	-	29
Viegas	53	62
Juari	27	42
Cabuçu	87	77
Inhoaíba	14	78
Guandu	35	37
Mendanha	30	47
Capoeiras	35	81
Lamarão	28	47
Coqueiros	32	78
Paciência	-	31
Piraraquara	-	46
Cabuçu 2	-	127
Totais	448	807

Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II , RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913. p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Nota-se que praticamente todos os engenhos aumentam a sua posse de escravos no intervalo entre as duas datas, com exceção do Engenho Bangu e Cabuçu, além do surgimento de quatro novos engenhos. Se em 1779 os engenhos somavam 448 escravos,

em 1797 somam 807, um crescimento de 80%. Suas escravarias quase dobram de tamanho.

Segundo relatório feito para freguesia em 1797, até 1792 os engenhos estavam em ruínas na região, mas após a alta dos preços do açúcar, os engenhos retomaram suas forças.¹ Relato que fortalece a hipótese do aumento da produção. Esses dados demonstram os impactos das rebeliões dos escravos de Saint-Domingue. (BARICKMAN, 2003, p. 71)

Além disso, abaixo podemos observar que neste ambiente ocorre uma alta na quantidade de domicílios da freguesia. Campo Grande tem a maior evolução do número de domicílios entre os anos de 1779 e 1797 - de 170 para 357. Enquanto o número de residências de pessoas livres nas freguesias vizinhas cresce no máximo 44%, em Campo Grande este crescimento é da ordem de 110%. Ou seja, a freguesia parece atrair mais engenhos e pessoas livres do que as demais áreas.

Quadro 3. Quantidade de domicílios nas freguesias do Distrito e suas taxa de crescimento no período 1779-1797

Anos	Guaratiba	Jacarepaguá	Campo Grande	Jacutinga	Iguaçu	Marapicu
1779	277	198	170	253	204	105
1797	324	252	357	294	273	152
Taxa de crescimento	17%	27%	110%	16%	33%	44%

Fonte: Dados coletados em Relação do Marquez de Lavradio: Parte II , RIHGB, Tomo LXXVI - Parte I, 1913, p. 318-32

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Portanto, notamos que em fins do Setecentos, os engenhos de açúcar são baseados no aumento do número de escravos e veremos agora que também em lavradores livres que contribuía com cana-de-açúcar. Os dados que demonstraremos a seguir indicam que o açúcar tinha uma importância para além dos engenhos locais e definiam as modalidades de acesso à terra da maior parte da população livre local. Em 1797, o

¹ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

recenseador da freguesia dispôs mais da metade dos domicílios como partidistas, ou seja, estariam diretamente ligados à produção açucareira.

Em 1797, o mapa de população indica que 3589 pessoas viviam na freguesia. Desse total, Campo Grande possuía mais de $\frac{3}{4}$ da população livre vivendo nos 274 domicílios de lavradores partidistas ou foreiros.² Estes não possuíam a propriedade absoluta da terra e estavam sujeitos a tipos de contratos de arrendamento e aforamento.³ Enquanto isso, apenas cerca de 10% vivia em terras das quais tinham o domínio útil baseados na propriedade direta ou na posse.⁴

Quadro 4. Distribuição de domicílios por tipo de acesso à terra – Freguesia de Campo Grande, 1797

Tipologia de acesso à terra	Quant.	%
Partidistas	210	58,8
Foreiros	64	17,9
Senhores de engenho	14	3,9
Título de compra/posseiros/sesmeiros	27	7,6
Grátis	18	5,1
Sem informação	24	6,7
Total	357	100

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Em Campo Grande, 58% dos domicílios são partidistas de cana, ocupando terras diretamente “amarradas” aos engenhos. Essa organização sobre a terra remete a um modelo presente em outras áreas açucareiras do Império ultramarino português, como Madeira. Consistia num sistema que separava o cultivo da cana e o fabrico do açúcar entre senhor de engenho e lavradores. Schwartz afirma que este sistema se disseminara na produção açucareira de Pernambuco e Bahia a partir do século XVI. No entanto, tal *modus operandi* não era comum a todas as áreas açucareiras do Atlântico. Divergia do sistema caribenho, por exemplo. No Caribe prevaleciam as unidades integradas de

² Código philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal. Livro IV, Títulos XXXVI ao XL. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

³ *Idem*.

⁴ Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

produção, onde apenas uma grande quantidade de mão-de-obra escrava trabalhava em plantations para somente um proprietário. (SCHWARTZ, 2014, p. 337-378)

Segundo Maurício Abreu, este modelo descrito por Schwartz para a Bahia é estabelecido também no Rio de Janeiro, de modo geral, desde o alvorecer do século XVII. Tais lavradores plantavam suas canas e estabeleciam suas famílias em “parcelas de terra do senhor de engenho, os “partidos”, por isso eram chamados partidistas. Em pagamento pelo uso do solo e beneficiamento de suas canas dividiam com o senhor de engenho uma parte do seu açúcar”. (ABREU, 2010, p. 104-111)

Em fins do século XVIII, não mais haveria terras devolutas na freguesia de Campo Grande, por isso, a maior parte da população vivia em terra alheia.⁵ Era isso ou a migração.

Como podemos ver abaixo, 55% da população da freguesia era composta por escravos. Se tivermos em vista que a quantidade de escravos na freguesia quase dobrou entre 1779 e 1797, grande parte desta mão de obra deve ter sido abastecida via tráfico africano, (FLORENTINO, 2014, p. 63) o que coloca a região como dependente das teias comerciais da cidade. Por outro lado, como veremos, os outros 45% da população da freguesia eram compostos por livres e forros.

Quadro 5. Distribuição populacional da Freguesia de Campo Grande em 1797

Tipo	Quant. da população por tipo	%	Pop. Livre	Pop. escrava
Domicílios livres	1309	36,4	44,5%	
Agregados livres	287	8		
Escravos do domicílio	1935	54		55,5%
Escravos de Agregados	58	1,6		
Total	3589	100		

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

⁵ Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

Demonstra-se a importância da escravidão para esta comunidade rural do recôncavo que cercava o importante porto atlântico que era a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XVIII.

Pardos e lavradores de cana

A expansão da produção açucareira e o crescimento populacional que caracterizam a segunda metade do século XVIII culminam em um significativo contingente de forros e/ou famílias pretas e pardas com acesso à terra, fundados em relações contratuais e/ou costumeiras. (CRUZ, 2018)

O quadro abaixo apresenta o resultado dos dados tratados em fichas genealógicas, relacionando a classificação social com a forma de acesso à terra entre os fregueses da região levando em conta o intervalo de 1720-1800. Fruto de um intenso cruzamento dos dados (batismos, matrimônios, listas nominativas, escrituras cartorárias, etc.) podemos notar a presença de famílias de distintas qualidades sob a condição de partidista. Vemos que os chefes de domicílio apresentados na lista nominativa da região possuem indicativos de qualidade variados em todas as formas de acesso à terra. Havia pardos foreiros, capitães foreiros, partidistas pretos, etc.

Destacam-se os gratuitos como majoritariamente pretos e pardos. Enquanto os capitães e tenentes tem uma alta participação principalmente na condição de sesmeiro ou comprador da terra.

Numa soma dos pardos, pretos e crioulos temos uma porcentagem próxima a 28% do total de partidistas. Vale ressaltar, que o mapa populacional de 1797 enumera 343 domicílios de lavradores dentre eles partidistas, foreiros, proprietários, posseiros e gratuitos somando, a partir de um cruzamento de dados, um total de 81 famílias com qualidades de cor. O número é, minimamente, significativo.

Os pardos se sobressaem entre os forros. Atuam nos partidos de cana de forma muito saliente. Quase 70% dos pardos chefes de domicílio são lavradores de cana.

Quadro 6. Distribuição de lavradores na terra (em 1797), de acordo com seus indicativos de qualidade (entre 1750-1800) – Freguesia de Campo Grande, RJ.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Tipo de acesso à terra	Nº total	Pardo-forro		Preto-forro ¹		Livre, sem cor, sem título		Não identificado		Capitão tenente alferes		Padre		Dona		Crioulo -forro		
		%	N	%	N	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Partidos	210	61,3	37	17,7	20	9,5	71	33,8	64	30,4	7	3,3	6	2,9	3	1,4	2	1
Foros	64	18,6	4	6,3	3	4,7	34	53,2	21	32,8	1	1,5	1	1,5	-	-	-	-
Possuem	27	7,9	2	7,4	-	-	12	44,4	6	22,2	5	18,6	2	7,4	-	-	-	-
Grátis	18	5,2	7	38,8	3	16,7	2	11,1	3	16,7	-	-	-	-	2	11,1	1	5,6
s/i	24	7	3	12,5	-	-	9	37,5	11	45,8	-	-	1	4,2	-	-	-	-
Totais	343	100	53	15,5	25	7,3	128	37,3	106	30,9	13	3,8	10	3	5	1,4	3	0,8

¹ Incluímos 1 capitão preto forro e 1 alferes preto forro. Legenda: “s/i: sem informação”.

Fontes: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

O quadro acima demonstra que pardos forros e pretos forros não frequentavam muito a terra através de pagamentos de foros. Numericamente, acessavam mais a terra através dos partidos de cana; proporcionalmente, acessavam mais de forma gratuita (classificada, literalmente, como grátis). Este último segmento é dos mais interessantes, pois concentra 18 domicílios e todos juntos possuem apenas 1 escravo. Além disso, o perfil dos chefes também chama atenção: 11 deles possuem qualidades de cor (7 pardos forros, 2 pretos forros, 1 alferes preto, 1 crioulo forro. Destes 9 eram casados e 3 solteiros). Os lavradores grátis são pobres do ponto de vista da posse de escravos e majoritariamente possuem qualidades de cor.

A figura do posseiro quase não existe em Campo Grande e quando existe é em situação litigiosa. Como se viu, em Campo Grande, os pardos forros e pretos forros atuam, majoritariamente, pela condição de partidista. Na verdade, ser partidista era a realidade da maior parte dos moradores. Ressalto que não ter um título de compra sobre a terra, numa sociedade de antigo regime, não negava a existência de múltiplos direitos sobre a terra. (NETO, 2007) Logo, estar em terra alheia não era, necessariamente, depreciativo, negativo, já que, talvez, fosse possível ter alguma estabilidade ou autonomia nas transmissões patrimoniais e na distribuição dos parentes pelas redondezas. Por outro lado,

os sujeitos que tinham comprado terras ou possuíam sesmarias estavam proporcionalmente mais atrelados aos indicativos de qualidade de prestígio.

Cabe ressaltar ainda que estudos sobre estratégias de reprodução social entre famílias de senhores de engenho são mais comuns, para o Rio de Janeiro, do que entre lavradores de cana. João Fragoso dá indícios de que, a despeito da pobreza, uma família de lavradores podia basear-se no seu passado privilegiado para casar suas filhas com os senhores de engenho locais. (2016, p. 122) Mais do que isto, ramos das famílias da nobreza da terra podiam se estabelecer na terra enquanto lavradores partidistas a partir de dotes, por exemplo. (FRAGOSO, 2015, p. 66) No mesmo sentido, Manoela Pedroza analisa formas de reprodução social de algumas famílias senhoriais no século XVIII e XIX. A autora analisou formas de transmissão patrimonial entre as elites senhoriais da mesma freguesia de Campo Grande. Embora trate dos excluídos senhoriais e de alguns lavradores pobres, o trabalho se debruça sobre a parentela dessas famílias de senhores de engenho. (2011, p. 64-78)

Estes trabalhos nos ensinam que as estratégias de reprodução social dos lavradores podiam variar de acordo com a qualidade e com as redes pessoais de parentesco dos sujeitos envolvidos, mais do que com a capacidade econômica dos mesmos agentes.

A partir destes critérios estaríamos falando de uma organização produtiva semelhante ao modelo consagrado para Bahia. Schwartz aponta um número médio de 4 partidistas por engenho na região de São Pedro do Rio Fundo, em 1788, com um máximo de 11 partidistas num engenho. (1988, p. 253-254) Em outras regiões, o mesmo já adverte que podia chegar a 30 lavradores em um engenho. (2005, p. 236) Rae Flory aponta, para a Bahia, uma média de 15 lavradores de cana por engenho. (SAMPAIO, 2003, p. 106) Ou seja, os lavradores partidistas estariam presentes em todos os cenários.⁶ Campo Grande possui média de 15 partidistas por engenho/fazenda.

⁶ Sobre os forros nesse esquema, Schwartz chama atenção para uma “multidão descalça de camponeses pardos” na Bahia de fins do século XVIII. Estes personagens seriam agregados, presentes em grande número nos engenhos baianos, ou agricultores de subsistência. No entanto, não diz mais do que isso. (SCHWARTZ, 1988, p. 352)

Em Campo Grande, os partidistas representam cerca de 60% dos domicílios em 1797. Em 1798, no Oeste Paulista, freguesia de Porto Feliz, representam 17,9% do total de domicílios, chegando a 7,4% em 1843. (GUEDES, 2008, p. 41-48). Em São Paulo, que estaria em fase de montagem do açúcar em fins do século XVIII, constata-se que os partidistas vão sumindo com a consolidação da produção nas primeiras décadas do XIX. Segundo Luna e Klein “em todas as localidades e em todos os anos que examinamos, encontramos um total de 1831 pessoas que possuíam engenhos e apenas 111 que eram lavradores de cana de açúcar, mas não tinham engenhos”. (2005, p. 55) Os lavradores de cana seriam minoria na lógica açucareira de São Paulo. (PETRONE, 1968, p. 55-56) (FERNÁNDEZ, 1996, p. 186)

Convém indicar que na freguesia de Campo Grande, ainda que se note áreas com 4 ou 10 partidistas, destaca-se a presença de engenhos com incríveis 38 partidistas por engenho ou mesmo 24 por engenho. Dado que reforça o caráter da organização de partidos para a área aqui analisada. Os partidistas de um único engenho equivalem, por exemplo, a todos os partidistas da freguesia de Porto Feliz em 1798. E o mais significativo é que, ao contrário de Schwartz ou Flory em suas análises para o século XVII e XVIII, nessa amostra não incluímos os lavradores proprietários que também produziam cana para os engenhos, ainda que, teoricamente, debaixo de contratos mais favoráveis de divisão do açúcar.

Quadro 7. Distribuição dos partidistas por área – Freguesia de Campo Grande, 1797.

Área	Nº de partidistas
Bangu (engenho)	6
Cabuçu (engenho)	4
Campinho (engenhoca)	24
Campo Grande	2
Capoeiras (engenho)	38
Caroba	4
Coqueiros (engenho)	9

Guandu (engenho)	10
Guandú do Mendanha (engenho)	11
Inhoaíba (engenho)	24
Joary (engenho)	13
Lamarão (engenho)	4
Mendanha (engenho)	16
Piraraquara (engenho)	4
Retiro (engenho)	5
Rio da Prata	19
Santo Antônio	4
Viegas (engenho)	13
Total	210

Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

Conclusão

Apresentamos análises iniciais que demonstram a potencialidade das fontes e do objeto em questão. Freguesias rurais do Rio de Janeiro aparecem fortemente vinculadas à produção do açúcar, corroborando um modelo já visto em outras áreas da América Lusa: os partidos de cana.

Além disso, o caso do Rio de Janeiro de fins do século XVIII apresenta algumas nuances. Dentre elas, a presença de forros entre os lavradores de cana, especialmente pardos, e a grande quantidade de partidistas por engenho. Elementos que distintos dos encontrados para áreas da Bahia e de Pernambuco.

Nesse sentido, tal região é um excelente laboratório para problematizar o exercício dos direitos de propriedade entre os forros.

Bibliografia e Fontes

ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700). Volume 1*. Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010p. 108.

- ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro. *Memorias historicas do Rio de Janeiro, Livro III*, 1822. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>>, 1822.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo 1780-1860*.
- Código philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal. Livro IV, Títulos XXXVI ao XL. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- CRUZ, Jerônimo Aguiar Duarte da. Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro. 2018
- FARIA, Sheila. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERNÁNDEZ, Ramón V. G. Os lavradores de cana de São Sebastião. *Revista Inst. Est. Bras.* São Paulo, n 40, 1996.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX)*. Ed. UNESP. 2014.
- FRAGOSO, João. And the plantations went up in smoke: aristocracy (nobreza da terra), Ancien Regime and slavery. *História [online]*. 2015, vol.34, n.2, pp. 58-107.
- FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa*. Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014,
- FRAGOSO, João. Nobreza Principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime de base escravista e açucareira: RJ, séc. XVII-XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *O Brasil Colonial, Vol. 3 (1720-1821)*. RJ: Civilização Brasileira. 2016.
- FRÓES, José N. de S.; GELABERT, Odaléa R. E. *Rumo ao Campo Grande: por trilhos e caminhos*. Rio de Janeiro s.n. 2004, p. 158. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. SP: Edusp, 2005.

Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. AHU_ACL_CU_005, Cx. 163, Doc. 12203.

MELLO, E. C. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. SP: Ed. 34, 2002.

NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia M. M. (Org.) *Terras Lusãs: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora UFF, 2007.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (RJ, séc. XIX)*. RJ: Ed. AN, 2011.

PETRONE, A *lavourea canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba em 1797, pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca. Acervo: Alberto Lamego, Código de Ref.: AL-022-002, Caixa 34 - Códices 022 e 023 (Sala 1). 1797.

SAMPAIO, Antônio C. J. *Na encruzilhada do império*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003, p. 106.

SCHWARTZ, S. O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *O Brasil Colonial (1580-1720)*. RJ: Civilização Brasileira, 2014.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. SP: Companhia das letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. Brazilian Sugar Planters as Aristocratic Managers. 1550–1825 In: JANSSENS, Paul; YUN, Bartolomé (orgs.). *European Aristocracies and Colonial Elites. Patrimonial Management Strategies and Economic Development, 15th-18th Centuries*. Aldershot, England: Ashgate, 2005.